

A participação cívica e política dos jovens portugueses

The civic and political participation of young people in Portugal

Filipe Silva Fernandes

Resumo—De forma transversal entre os países europeus, o envolvimento político tradicional dos jovens é reduzido. A sua ligação a formas de participação formal das diversas democracias representativas do continente europeu é cada vez mais distante, registando-se este afastamento dos jovens face aos partidos políticos e o aumento das taxas de abstenção. Estes jovens têm optado por focar a sua participação através de modos mais informais, como manifestações pontuais, ativismo, assinatura de petições e, claro, aumento da participação com foco em temas sociais e políticos em plataformas digitais como as redes sociais. No entanto, os jovens portugueses não apresentam os mesmos níveis de envolvimento informal quando comparados com os seus congéneres europeus. Os portugueses tendem a ser menos participativos, espelhando uma problemática que se estende visivelmente a toda a população portuguesa, que, de forma mais formal ou informal, também participam pouco. O presente artigo procura compreender a participação cívica e política dos jovens portugueses. Realizaram-se 24 entrevistas e distribuiu-se um questionário ao qual se obteve 262 respostas. Esta amostra permitiu compreender que os jovens se sentem cada vez mais atraídos por modos de participação informal, desconfiando dos partidos políticos e das diferentes organizações. A sua participação pauta-se por ser momentânea, espontânea e direcionada para problemáticas particulares que constituem seus interesses e motivações.

Palavras-Chave — Participação formal; Participação informal; Participação Jovem; Participação política; Portugal.

Abstract—Across European countries, young people's traditional political involvement is low. Their connection to formal forms of participation in the various representative democracies on the European continent is becoming increasingly distant, with young people moving away from political parties and abstention rates increasing. These young people have opted to focus their participation through more informal means, such as occasional demonstrations, activism, signing petitions and, of course, increased participation focussing on social and political issues on digital platforms such as social networks. However, Portuguese young people don't show the same levels of informal involvement when compared to their European counterparts. The Portuguese tend to be less participative, mirroring a problem that visibly extends to the entire Portuguese population, who, in a more formal or informal way, also participate little. This article seeks to understand the civic and political participation of young Portuguese. Twenty-four interviews were carried out and a questionnaire was distributed to which 262 responses were received. This sample showed that young people are increasingly attracted to informal forms of participation, distrusting political parties and different organisations. Their participation is characterised by being momentary, spontaneous and geared towards particular problems that constitute their interests and motivations.

Keywords — Formal participation; Informal participation; Youth participation; Political participation; Portugal.

Submitted—12-12-2022. **Accepted**—18-04-2023.



1 A evolução dos modos de participação dos jovens portugueses

A sociedade portuguesa é pouco participativa. Ramos (2004) defende que o passado histórico do nosso país não propicia uma evolução positiva da participação. De um modo geral, a sociedade portuguesa que encontramos no início do século XXI tende a manter-se afastada dos polos e dos processos de tomada de decisões. A população portuguesa encontra-se numa posição de cada vez maior envelhecimento. Esta é uma tendência que se tem vindo a agravar, acarretando naturais desafios cívicos, políticos e sociais. Portugal tem um regime democrático desde 1974 - à data de escrita do artigo, portanto, o regime democrático português conta com 48 anos. Considerando o envelhecimento da generalidade da população, é de fácil e óbvia conclusão aferir que uma parte muito considerável da população portuguesa cresceu e formou-se numa época em que a sua participação não era incentivada, atendendo ao carácter restritivo que o regime do Estado Novo impunha sobre a população (ainda que se registasse, formalmente, a realização de inúmeras eleições).

Braga da Cruz (1985) denota uma tendência de ausência de participação da população portuguesa, encontrando aí uma justificação para que tal se tenha repercutido nos jovens portugueses, apesar do amadurecimento da democracia portuguesa.

A medição dos níveis de participação dos jovens (em Portugal, no nosso caso concreto, e incluindo como jovem os indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos) tem sido um tema amplamente discutido no espaço público e no mundo académico, com a produção de diversos estudos com esse mesmo enfoque. Demonstrativo de tal é a série de estudos promovidos e publicados pela Fundação Calouste Gulbenkian, que procurou aferir o nível de participação dos jovens portugueses. Alguns dos resultados desse mesmo estudo demonstraram que os jovens portugueses já não encaravam a participação política

apenas no seu sentido estrito e formal do termo, como através da votação nos períodos eleitorais e a militância partidária. Os jovens portugueses, a partir da década de 2010, demonstraram a sua prevalência pela participação não-formal.

A participação formal pressupõe o envolvimento direto dos cidadãos com os partidos políticos, uma vez que daqui provêm os atores políticos que se envolvem diretamente nos processos de tomada de decisão. Por seu turno, a participação não-formal caracteriza-se pelo envolvimento dos cidadãos com práticas e modos de expressão que não interferem diretamente com os processos de tomada de decisão.

O principal canal de participação dos portugueses, até ao virar do século XX para o século XXI encontrava-se concentrado nos partidos políticos. Os próprios partidos políticos, então, gozavam de taxas de militância superiores às que, de um modo geral, apresentam nos dias de hoje. Quanto aos jovens como segmento da população total, estes encontravam, principalmente, nas juventudes partidárias o seu canal de comunicação e participação mais direto. As juventudes partidárias assumiam-se, assim, como "os grandes instrumentos de mobilização e canalização da participação política dos jovens" (Braga da Cruz 1990, 248).

Sabendo, portanto, a importância do papel dos partidos políticos e das suas juventudes partidárias, já alguns estudos se focaram nas motivações dos jovens aquando da sua inscrição como militante nestas organizações. Bruter Harrison (2009) destacam motivações morais, sociais e profissionais. As motivações morais pautam-se pela identificação ideológica. Os jovens relacionam-se com os partidos e entram nas suas estruturas dada a vontade de promover as suas ideias com vista à procura de promoção de melhorias das condições de vida gerais. A motivação moral está, de forma inerente, relacionada com a intenção de, através da participação política, poder contribuir para melhorias gerais. Seguidamente, as motivações sociais são caracterizadas pela possibilidade que os partidos políticos conferem aos jovens para que estes interajam com outras pessoas, através do relacionamento com outros indivíduos que partilham uma série de ideias e valores comuns. Por fim, as motivações profissionais são atribuídas

• *Filipe Silva Fernandes.*

pela ambição de alcançar uma carreira política. Naturalmente, a militância ativa num partido político pode conferir a possibilidade a um jovem de procurar uma carreira política através da sua evolução dentro das diferentes estruturas internas ao próprio partido político.

A realidade do primeiro quarto do século XXI demonstra uma queda deste mesmo envolvimento. A "crise dos partidos" (Costa Pinto et al. 2015) faz-se notar, nomeadamente, através da queda assinalável do número de militantes na generalidade dos partidos políticos (Mair et al. 2011). Com os partidos políticos a assumirem o papel de principal canal de envolvimento político por parte dos cidadãos, o que ajuda a justificar tal queda de militância? Magalhães (2005) argumenta que se encontra uma justificação na deterioração da imagem pública da própria atividade política, aliada a escândalos que, em última instância, resultam numa quebra de confiança dos jovens em relação às estruturas que compõem toda a atividade política - como é o caso mais imediato dos partidos políticos. Uma justificação adicional, de acordo com Costa Silva (2022), passa pela falta de eficácia por parte dos partidos políticos em encontrarem estratégias de comunicação que promovam uma imagem positiva e atrativa que fomentem o interesse dos cidadãos (e dos jovens, em particular) nestas estruturas.

Ainda dentro da participação formal, encontramos estudos que revelam que a decisão de um jovem em não exercer o seu direito de voto tem influência no grupo de indivíduos que o rodeia (Magalhães 2008). Ao ato de não votar confere-se, assim, um efeito de contágio que se pode estender de forma a culminar no aumento dos níveis de abstenção. Aqui, pode-se encontrar, de forma plausível, uma justificação para o registo da queda de participação dos jovens neste âmbito também, fragilizando os níveis de participação formal e constituindo um desafio à participação e envolvimento político dos jovens.

A descida dos níveis de participação formal não constitui um obstáculo à subida dos níveis da participação não-formal. Assim, a participação não-formal tem-se tornado proeminente entre os jovens (Fernandes-Jesus et al. 2022), registando-se aumentos de envolvimento dos jovens ao nível de atividades como a assinatura de petições pú-

blicas, a adesão a manifestações pontuais e até o boicote, focados em diferentes alvos. Estes modos de participação permitem aos jovens desempenhar um papel ativo.

No entanto, em comparação com restantes países europeus, os jovens portugueses continuam a registar níveis de participação mais baixos. Esta tendência já se haveria verificado na participação formal, com Sloam (2016) a denotar que a mesma se verifica também na participação não-formal. Sloam utilizou como amostra 15 países europeus. No que a este modo de participação diz respeito, o envolvimento dos jovens de cada um desses países através da "utilização de emblemas", "assinatura de petições", "adesão a boicotes" e "participação em manifestações". Atribuindo uma pontuação consoante o nível de envolvimento registado com cada uma das vertentes de participação, os jovens portugueses registaram apenas 64 pontos - tendo em consideração que a média global registada foi de 123 pontos, ao passo que a totalidade possível de pontos se fixava em 500 pontos.

Como modo de procurar solucionar esta realidade, autores como Azeredo (2013) e Albernaz (2020) defendem a promoção de novos mecanismos de participação que aproximem os jovens de novo participação cívica e política. Tal assume-se de vital importância, dado o facto de Pruitt (2017) denotar que, perante a descida dos níveis de participação formal e o aumento da participação não-formal, tal não significa que os jovens se procuram escusar de participar de forma ativa. De acordo com este, os jovens ainda desejam e procuram ser tidos em consideração por parte da classe política, procurando, através das suas diversas formas de ação, influenciar o posicionamento dos políticos e, assim, resultar em desfechos dos processos de tomada de decisão que sejam mais consentâneos com aquelas que são as suas vontades e opiniões.

A evolução da participação não-formal tem acompanhado a própria evolução tecnológica. O espaço virtual assume-se como sendo cada vez mais propício para a promoção da participação dos jovens, que nele encontram um espaço em que, com facilidade, conseguem promover as suas opiniões junto de uma audiência de seus semelhantes. Ademais, com a proliferação e generalização do uso da internet como canal de comunicação - incluindo por parte de políticos em exercício

de funções - gera-se um claro incentivo para que a interação digital constitua um cada vez mais importante canal de comunicação entre representados e representantes, constituindo, assim, um modo de participação cada vez mais influente.

Analisando a evolução destas tecnologias que permitiram o estabelecimento de canais de comunicação mais diretos e acessíveis entre os indivíduos que desejam, de algum modo, assumir um papel ativo de participação cívica e política, encontramos relação de correlação com a subida do número de protestos políticos. Campos et al. (2016) defendem que a internet desenvolveu melhores capacidades para que promotores de protestos políticos conseguissem atingir um número mais elevado de indivíduos. Esta maior capacidade de alcance funcionou como um incentivo à participação, conseguindo cativar mais jovens a participar em protestos e manifestações (portanto, atividades de participação não-formal).

A participação dos jovens, focando-se cada vez mais neste espaço virtual, adquire outras características com consequências para as próprias formas de participação não-formal que, até aqui, conhecíamos. Campos et al. (2016), além de terem reconhecido o incremento da capacidade de promoção e alcance que a internet providencia, também reconhecem os riscos associados à generalização da utilização da mesma para fins de participação. Participar tornou-se um processo mais fácil. A interação por via digital tomou completamente o foco das atenções por parte dos jovens. De repente, estes já não necessitam de se deslocar para protestar determinada ação ou decisão por parte de dirigentes partidários e governantes. Podem, inclusivamente, consoante a disponibilidade do indivíduo em causa, comunicar diretamente com um governante. Assim, os riscos imediatos constituem circunstâncias crescentes em que a participação presencial em momentos de manifestações e protestos é substituída pelo apoio e expressão de opiniões apenas de forma digital. Fonseca (2019) denota que esta é uma tendência de participação cada vez mais proeminente entre os jovens. Dahlgren (2012) defende que este modo de participação digital deve ser acompanhado da participação presencial, de forma a que os benefícios da primeira se possam traduzir em ganhos de eficácia através da segunda.

2 Metodologia

Na metodologia utilizada, incluímos dois modos de recolha de dados: entrevista e questionário. Foram dirigidos convites para entrevistas a jovens integrantes de partidos políticos que tenham experiência em cargos de responsabilidade partidária; dirigentes académicos do ensino superior, desde Núcleos, Associações e Federações de Estudantes; e ainda membros de diversas organizações cívicas que sejam despartidarizadas, ou seja, afastadas de influências político-partidárias, ainda que com intervenção social.

Especificando, no que aos partidos políticos e suas juventudes partidárias diz respeito, entrevistamos jovens do Bloco de Esquerda, Iniciativa Liberal, Juventude Popular, Juventude Social Democrata, Juventude Socialista, e Livre. Quanto às associações estudantis, contamos com a participação de jovens da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Associação Académica da Universidade do Algarve, Associação Académica da Universidade do Minho, Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Associação de Estudantes do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, ELSA Portugal, Federação Académica de Lisboa, e Federação Académica do Porto. Por fim, o contributo por parte das entidades cívicas foi dado por jovens da Academia Apartidária, AJM Conectados, Associação de Voluntariado Universitário, Conselho Nacional da Juventude, DYPALL Network, Escuteiros, Info Youth, Os 230, Projeto MUNTU - Contrariar o Machismo, e Speak.

Já os questionários foram partilhados de uma forma geral, publicados em diversas redes sociais, bem como disseminados pelas organizações cujos membros foram entrevistados para efeitos da recolha de dados.

O objetivo com esta dupla vertente de recolha de dados passou por alcançar um grupo mais abrangente de jovens para a nossa amostra, não sendo exequível que todos fossem entrevistados. Por outro lado, complementando aos questionários, o facto de se recolherem testemunhos mais aprofundados de alguns jovens com responsabilidades dentro das diferentes organizações a que cada um pertencia, permite-nos aferir possíveis discrepâncias existentes entre jovens que ocupem

lugares de algum relevo e jovens que possam não ocupar esses mesmos postos.

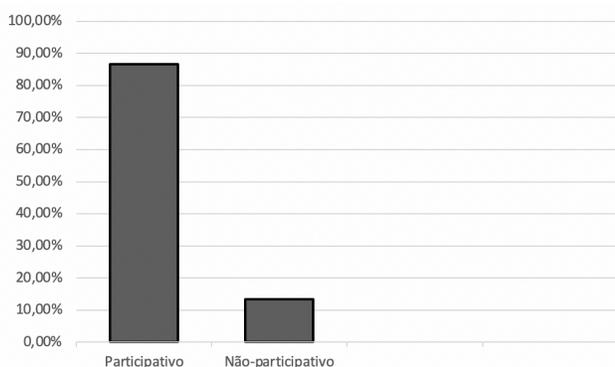
Foi obtida, então, a seguinte amostra: 24 entrevistas e 262 respostas ao questionário permitem retirar determinadas conclusões para, posteriormente, fazer um balanço do estado atual da participação cívica e política dos jovens portugueses.

Foi obtida, então, a seguinte amostra: 24 entrevistas e 262 respostas ao questionário permitem retirar determinadas conclusões para, posteriormente, fazer um balanço do estado atual da participação cívica e política dos jovens portugueses.

3 Análise dos Resultados

De todo o guião da entrevista, foram selecionadas as questões mais relevantes para a escrita deste artigo. Uma vez recolhidos e tratados os dados, apresentam-se os resultados que nos cumpre analisar e discutir:

Gráfico 1: Autoavaliação da participação.



Fonte: Autor.

O Gráfico 1 reflete as respostas obtidas à questão "Procura ter uma participação social e política ativa?", inserida no questionário. 86,6% dos inquiridos respondeu afirmativamente, contrastando com um baixo número, correspondente a apenas 13,4%, que respondeu de forma negativa. No que aos entrevistados diz respeito, não apenas estes consideraram que as organizações às quais eles pertencem são entidades ativas no plano cívico e/ou político, como todos também se consideraram cidadãos ativos nestes mesmos planos.

Em relação a si próprios, os 24 jovens entrevistados defenderam e justificaram sua atividade cívica e/ou política, não apenas através das ações das organizações às quais pertencem e que lhes confere, por inerência, um papel ativo também; mas também vários entrevistados abordaram questões relativas a ações pessoais para lá da esfera de ação dessas organizações. Portanto, vários dos entrevistados demonstraram, efetivamente, ter um papel ativo em diferentes grupos e através de diferentes modos de atuação.

De forma direta ou indiretamente envolvida com questões políticas, os jovens destas organizações consideraram importante alcançarem maior proximidade face ao poder político. Esta é, portanto, uma das principais motivações por detrás da participação. Em última análise, há uma clara compreensão da necessidade de se manterem laços estreitos com o conjunto de atores e decisores políticos, que terão na sua posse a capacidade de tomada de decisão ou, pelo menos, maior capacidade de influência sobre o processo que termina numa tomada de decisão.

O balanço final em relação a esta vertente dos resultados obtidos foca-se no cariz institucional da ação destes jovens entrevistados. Demonstrando os seus modos de participação, estes jovens revelaram uma maior aptidão pela participação institucional. Tal entra, de certo modo, em conflito com a literatura recolhida relativa à participação dos jovens portugueses. A nossa amostra demonstrou que, uma vez ocupando cargos de maior relevância dentro das diversas organizações, surge uma preocupação crescente com a participação institucional e com um cariz de maior formalidade, quando comparada com o tipo de participação mais adotado pela generalidade dos restantes jovens - em que estes, sim, demonstram maior tendência para a aproximação de modos mais informais de participação.

Gráfico 2: Percepção da participação geral.

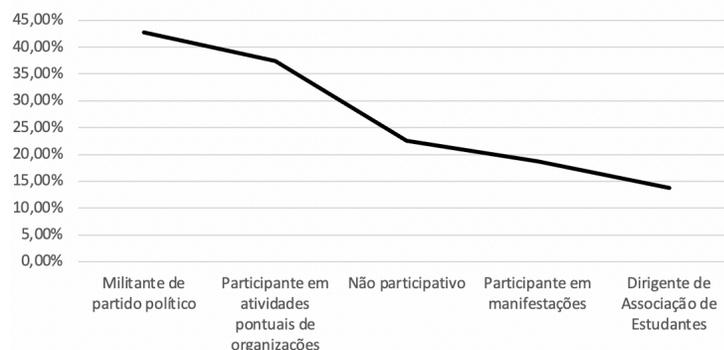
Fonte: Autor.

O Gráfico 2 reflete a percepção dos jovens respondentes ao questionário em relação à participação geral dos seus congéneres. Ou seja, a forma como os entrevistados avaliam o nível de participação global dos jovens. Os valores registados são os seguintes: Pouca participação: 36,3%; Participação razoável: 33,6%; Boa participação: 17,9%; Muito pouca participação: 11,1%; Muito boa participação: 1,1%.

Os valores concentraram-se, principalmente, em Pouca participação e Participação razoável. Ao nível das entrevistas, ficou evidente o descontentamento com o nível de envolvimento da generalidade dos jovens. Os entrevistados - que se consideram participativos, como se percebeu anteriormente - consideram que os jovens portugueses revelam alguma capacidade de participação, mas lamentaram o facto desta mesma não ser mais aproveitada. Ou seja, há uma discrepância, desde logo, entre a percepção face aos jovens que se integram em organizações e jovens que não se integram. A ideia transmitida foi de que, de facto, o modo de participação ainda é relevante, na medida em que muita atividade - seja ela de cariz mais ou menos formal e institucional - é produzida através das organizações. Neste sentido, as organizações portuguesas sentem dificuldade em promover uma maior participação por parte dos jovens portugueses. Esta dificuldade é relatada de modo transversal. Ainda que, durante as entrevistas, se tenha percebido uma maior lamentação alicerçada numa maior dificuldade em mobilizar os jovens por parte dos partidos políticos e juventudes partidárias, o lamento foi transversal a

grande parte das associações académicas e, inclusivamente, a várias das organizações cívicas - ainda que estas últimas sintam menores dificuldades, quando colocadas em termo de comparação com as restantes organizações integrantes desta investigação.

O desfasamento verificado entre as organizações e os jovens é assinalável. Jovens das organizações referiram que estas procuram ir ao encontro dos interesses dos jovens aquando da realização de novas atividades. No entanto, defendem que, mesmo assim, é difícil assegurar a adesão dos seus públicos-alvo (quando estes são os jovens), na medida em que os jovens demonstram resistência em participar de forma atividades nessas mesmas atividades, frustrando as expectativas dos promotores.

Gráfico 3: Modos de participação por parte dos respondentes ao questionário.

Fonte: Autor.

Os resultados obtidos e espelhados no Gráfico 3 são relativamente particulares, sendo alusivos às respostas obtidas através dos questionários disseminados. Quase 43% dos respondentes ao questionário afirmaram ser militantes de um partido político. O número de participantes em atividades pontuais de organizações fixou-se nos 37%. Por sua vez, o resultado de "Não participativos" foi de 23%, colocando esta opção a meio da classificação. Já 18% dos inquiridos referiram ser participantes em manifestações. Por fim, 13% referiu ser dirigente de uma Associação de Estudantes (ou outras organizações académicas do ensino superior).

Como testemunhamos no levantamento da literatura, sabemos que o número de militantes dos partidos políticos se encontra em decréscimo.

Sabemos também que tal é uma realidade transversal às diversas faixas etárias, com a generalidade dos partidos a atravessar o mesmo problema. Uma vez que os partidos políticos estão em desvantagem numérica em relação à totalidade de organizações que contactámos (são seis em 24), temos de equacionar a possibilidade de indivíduos pertencentes a um partido político demonstrarem maior propensão para responder a iniciativas como esta. Envolver-se na amostra de um estudo é, também em si, um modo de participação ativa, podendo revelar este grupo de indivíduos como mais propensos e mais dispostos a participar neste tipo de iniciativas.

A militância num partido político e o desempenho de cargos dentro de estruturas de estudantes pressupõe a pertença a essas organizações. Este tipo de participação ativa incute responsabilidades e prevê a continuidade do desempenho de determinadas funções dentro das estruturas em causa. Por outro lado, a participação em atividades pontuais de organizações e a participação em manifestações não indica, necessariamente, a existência da referida continuidade, tal como não significa que os participantes têm algum tipo de vínculo com as estruturas organizativas das atividades e manifestações referidas. O somatório da primeira dupla de opções é de 54,6%, ao passo que o somatório da segunda dupla ficou fixado nos 56,1% - dando a nota de que o envolvimento individual numa das opções não valida uma outra participação em qualquer outra das opções, conferindo a possibilidade aos inquiridos de selecionarem mais do que apenas uma das opções disponíveis.

Já no que concerne às entrevistas, poucos eram os membros de associações de estudantes (ou afins) e associações cívicas que também assumissem uma militância partidária. Há um desfasamento cada vez mais acentuado destes dois tipos de organizações face aos partidos políticos, com a demonstração, em inúmeras ocasiões, do desejo de manter esse afastamento. A imagem pública cada vez mais negativa dos partidos públicos é apontada como a principal motivação, seguindo-se da desconfiança de que uma maior aproximação aos partidos políticos pode ter impactos negativos na perceção de um determinado dirigente associativo junto

dos seus parceiros e respetivos públicos-alvo. A militância pode proporcionar conotações políticas indesejadas, aliando tal a uma perceção de que a pertença a um partido político pode ser altamente limitativo ao nível do envolvimento noutros tipos de organizações, considerando que tal lhes pode retirar alguma liberdade de ação. Os jovens portugueses revelam, assim, maior relutância na adesão tradicional a partidos políticos, independentemente das suas convicções políticas pessoais.

Gráfico 4: Melhor estratégia de mobilização dos jovens.



Fonte: Autor.

Os dados recolhidos nesta fase da nossa análise indicam, de forma clara, a perceção dos inquiridos em relação a qual a melhor forma de promover a participação cívica e/ou política ativa dos jovens. 66,8% dos inquiridos respondeu com o ativismo, colocando uma enorme discrepância face às restantes três opções fornecidas. A militância partidária voltou a surpreender, reunindo 19,1% das respostas totais. O exercício do voto e a participação pontual em manifestações registaram resultados próximos, com o primeiro fixado nos 8,0% e o segundo nos 6,10%.

Os resultados obtidos nos inquéritos contrastam de forma evidente com as respostas obtidas nas entrevistas. Nestas, a maior parte dos jovens entrevistados consideraram que a melhor forma de incentivar os jovens portugueses a participar seria através da participação pontual nas manifestações

(que havia registado a pior votação aquando da recolha de dados através de inquéritos).

A velocidade de circulação de informação culmina numa maior abrangência de temas que, diariamente, podem ser colocados no debate público. O acesso facilitado a redes sociais e demais formas de comunicação e informação propiciam a manifestação de opiniões em relação aos mais variados temas, podendo resultar numa maior tendência para a manifestação de uma posição pública que vá ao encontro do assunto mais abordado naquele determinado momento, podendo-se alterar com relativa velocidade num curto espaço de tempo, quando um tema diferente tomar conta das atenções. A organização rápida e momentânea de determinada atividade ou manifestação pode conseguir o objetivo de mobilização com maior taxa de sucesso, precisamente, pelo imediatismo. Com frequência, novos temas são amplamente noticiados e debatidos, incentivando a aplicação de respostas emocionais que ampliam a capacidade de ação imediata de um indivíduo, podendo-o levar a participar de uma forma momentânea.

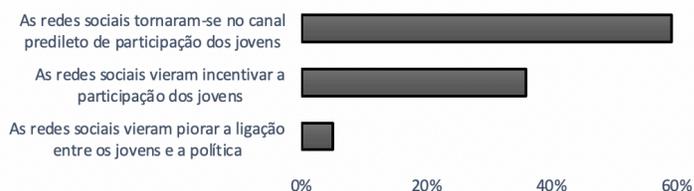
Atualmente, não há tempo para a maturação de determinado assunto na esfera pública. Neste sentido, conseguir o envolvimento contínuo dos jovens face a determinado tema torna-se mais complexo, precisamente, pela quantidade de novos acontecimentos que são noticiados e demonstram amplitude suficiente para que promovam uma reação nos indivíduos. Vários dos entrevistados apontaram, precisamente, para esta circunstância para justificarem as suas opções pela participação em atividades pontuais de organizações, em detrimento de optarem pelo ativismo.

O envolvimento dos jovens com determinados temas é, assim, cada vez seletivo e momentâneo. Os jovens são seletivos em relação ao tipo de temas sobre os quais querem aplicar o seu foco de atenção. Do mesmo modo, são momentâneos no sentido de, no geral, não assumirem um compromisso contínuo com os próprios temas do seu interesse, fazendo a sua participação ser mais sentida naquele que, eventualmente, esteja a receber maior atenção mediática. Uma outra nuance a ter em conta passa pelos jovens privilegiarem cada vez mais o seu envolvimento com temas, sobrepondo-se ao envolvimento com organizações. As organizações podem ser especificamente dese-

nhadas para o envolvimento com um único tema ou conjunto de temas definidos; ou, então, podem promover atividades que, eventualmente, não se coadunam com os principais interesses dos jovens. Neste sentido, estes procuram um envolvimento com base no assunto momentâneo, permitindo-lhes expressar as opiniões que, momentaneamente, lhes estejam mais presentes.

Desta forma, o ativismo reúne condições mais difíceis para conseguir assegurar a participação ativa dos jovens, sendo mais propícia a participação dos mesmos em atividades pontuais.

Gráfico 5: Perceção do impacto das redes sociais na participação dos jovens.



Fonte: Autor.

Os valores registados no Gráfico 5 são os seguintes: 59,1% dos inquiridos defendem que as redes sociais se tornaram no canal predileto de participação dos jovens. 35,9% refere que as redes sociais vieram incentivar a participação dos jovens. Por fim, apenas 5,0% considerou que as redes sociais vieram piorar a ligação dos jovens à política.

As expectativas que se poderiam ter em relação aos resultados que se esperaríamos obter nesta questão foram cumpridas, com quase dois terços dos inquiridos a defenderem que as redes sociais se tornaram no canal predileto da participação dos jovens.

As redes sociais são, efetivamente, um espaço privilegiado no que contende com o incentivo ao debate. O acesso facilitado e generalizado não só possibilita o ingresso de maior parte das pessoas a estas redes como as compele a interagir de um modo recorrente, propiciando a emissão de opiniões por parte dos seus utilizadores. É expectável, portanto, que resulte num maior envolvimento

mento dos jovens com os mais variados temas das, também elas, mais variadas áreas.

Os resultados que avaliam de forma negativa o papel das redes sociais foram quase residuais (5%), coincidindo com o verificado ao longo das entrevistas. A maior parte dos entrevistados defenderam as redes sociais como um veículo de aproximação das pessoas aos temas sociais e políticos. Alegaram que as redes sociais permitem uma facilitada promoção e obtenção de informação, o que, por sua vez, potencializa o debate público, incentivando os jovens a participarem. Consequencialmente, consideram que tal pode gerar pressão nos próprios decisores políticos, conferindo aos jovens uma maior capacidade de influência junto dos decisores, no âmbito do rumo de políticas a adotar numa determinada circunstância. A normalização da participação digital culminou na expressão que um entrevistado utilizou para descrever a participação online: "uma nova forma convencional de fazer política", colocando a participação presencial e digital no mesmo patamar.

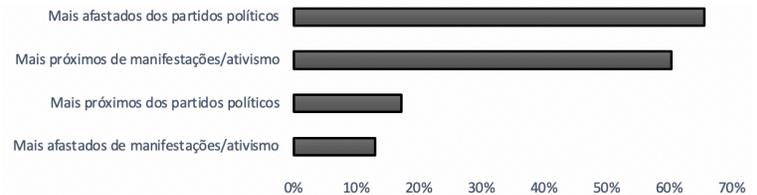
Não obstante, a generalidade dos entrevistados também demonstrou alguma preocupação com o facto da participação online se tornar cada vez mais proeminente no modo de atuação e envolvimento dos jovens. Nomeadamente, a preocupação em deixar evidente que a participação online não se deveria sobrepor ou isolar da participação presencial, mas que esta deveria ser encarada como um complemento ao envolvimento presencial.

Como riscos associados à proeminente participação digital, encontramos, novamente, a preocupação com o "imediatismo"gerado pelo uso das redes sociais, culminando num maior distanciamento e "não-compromisso"de médio/longo-prazo com determinadas causas e organizações, uma vez que a participação digital facilita a interação, mas não tem como resultado um envolvimento físico de proximidade.

Por fim, alguns jovens referiram que a facilidade de utilização das redes sociais desincentiva a participação presencial, dado que estas podem apenas oferecer a "ilusão"de que a voz dos jovens é ouvida, verificando-se uma ausência de consequências através da demonstração de apoio ou contestação apenas através de publicações individuais e interação

com as mesmas. Deste modo, a participação puramente digital torna-se menos consequencial.

Gráfico 6: Proximidade dos jovens aos principais modos de participação.



Fonte: Autor.

A partir do Gráfico 6, verificamos os seguintes resultados: 65% dos inquiridos referiu que os jovens estão mais afastados dos partidos políticos. 60,3% dos inquiridos referiu que os jovens estão mais próximos de manifestações/ativismo. Com valores bastante mais baixos, a defesa de que os jovens estão mais próximos dos partidos políticos recolheu 17,2% das opiniões, ao passo que 13% dos inquiridos referiu que os jovens estão mais afastados das manifestações/ativismo.

Os valores obtidos através desta questão são coincidentes com as expectativas prévias em relação ao seu desenlace esperado. Como denotamos no levantamento da literatura, há uma correlação entre a queda da militância nos partidos políticos e o aumento da participação dos jovens em manifestações pontuais e até num maior envolvimento com o ativismo. Desta forma, tornara-se expectável que, em termos do envolvimento dos jovens com diferentes modos de participação, houvesse uma maior concordância com o afastamento dos jovens face aos partidos políticos, contrastando com uma maior aproximação dos mesmos face à participação através do ativismo.

Ao longo das entrevistas, foi notório o distanciamento de maior parte dos entrevistados face aos partidos políticos (naturalmente, quando considerando os jovens que não foram entrevistados por pertencerem a partidos políticos). Registou-se uma geral concordância quanto às desvantagens da pertença a um partido político por parte dos jovens provenientes de associações cívicas e estudantis. No desenvolvimento desta questão,

evidenciou-se a crescente falta de confiança institucional face aos partidos políticos, evidenciando a imagem negativa com que os partidos políticos e os respetivos atores políticos são encarados. Esta perda de confiança culmina num consequente afastamento dos jovens face a estas organizações convencionais de participação política. Atualmente, em Portugal, existe uma evidente consideração negativa face à ação da classe política. Tal contribui para um afastamento generalizado face aos partidos políticos e a este tipo de envolvimento que exige um compromisso com este tipo de estruturas.

Por contraste, o ativismo beneficia da percepção de ausência de partidarização. Ou seja, no cômputo geral, há a percepção de que muitas organizações que se focam na preparação e promoção de manifestações são independentes do poder político, permitindo uma maior autonomia que agrada cada vez mais aos jovens portugueses. Além disso, encontramos um maior interesse por parte dos jovens em relação a este tipo de participação também pela ausência da necessidade de geração de um vínculo que lhes faria ter de assumir maiores responsabilidades por um período de tempo mais longo, permitindo-lhes garantir, concomitantemente, a sua própria independência e capacidade de interação com variadas causas, atividades e organizações sobre as quais sintam, momentaneamente, maior vontade de interagir e se envolverem.

4 Conclusões

O presente artigo tomou como objetivo a compreensão e análise da participação cívica e política dos jovens portugueses. O foco passou por analisar como é que os jovens portugueses mais participavam, quais as percepções dos mesmos em torno da participação cívica e política e delinear algumas consequências provenientes dos modos de participação dos jovens.

Foram entrevistados 24 jovens provenientes de partidos políticos, associações estudantis e associações cívicas. Foi ainda disseminado um questionário que reuniu 262 respostas. A partir de ambos métodos de recolha de dados, procedeu-se a respetiva análise.

A revisão da literatura permitiu-nos aferir a evolução dos diferentes modos de participação,

com a participação formal a tornar-se cada vez menos apelativa aos olhos dos jovens (entre os 18 e os 30 anos). Esta caracteriza-se pela participação convencional, através da militância partidária, por exemplo, uma vez que os partidos políticos são atores diretos nos processos de tomada de decisão. Assim, os partidos políticos, afetados pela imagem cada vez mais negativa que lhes é atribuída pela opinião pública, registam quedas globais dos seus níveis de militância, alastrando-se aos jovens, que se sentem cada vez mais afastados destas organizações. Por sua vez, a participação informal tem assumido cada vez mais esse posto de atratividade perante os jovens. Esta caracteriza-se pelo envolvimento com modos de participação que não participem diretamente nos processos de tomada de decisão. Esta participação pode ser efetuada, nomeadamente, através da participação em protestos e manifestações pontuais, com o envolvimento em movimentos de ativismo a tornarem-se mais apelativos aos mesmos.

Adicionalmente, a participação dos jovens através de instrumentos digitais que promovem a discussão pública tem-se intensificado. As redes sociais são hoje um instrumento cada vez mais proeminente na participação dos jovens, uma vez que lhes possibilita emitir as suas opiniões de uma forma mais direta, manifestando o seu apoio ou protesto perante determinada causa. Não raras vezes, a participação digital sobrepõe-se à participação presencial, colocando dificuldades crescentes nas organizações que procuram materializar os interesses dos jovens em participações presenciais que permitam exercer uma maior capacidade de influência junto dos principais decisores políticos.

Dentro dos modos de participação informal, os jovens portugueses ainda optam por privilegiar a participação em atividades pontuais, não havendo uma evidente ligação a movimentos que procurem assegurar a continuidade da participação, seja ela através de um vínculo com determinada organização ou o emprego de esforço e atenção contínua perante uma determinada causa. Existe, portanto, uma ausência de compromisso dos jovens portugueses com organizações, mesmo que estas abordem diretamente causas e temáticas do seu interesse.

O próprio compromisso para com as causas está, de certa forma, condicionado pela atenção

momentânea a esse determinado tema. Tal demonstra que, numa perspectiva geral, os jovens portugueses não têm um perfil "ativista", uma vez que não se envolvem de forma recorrente na prossecução de certos objetivos referentes a um determinado tema que apoie ou conteste, vagueando entre diferentes organizações pontuais, desde que referentes ao principal tema que esteja na atualidade.

Agradecimentos

O autor do presente artigo foi autor do estudo "Diferentes formas de participação em prol do Desenvolvimento", promovido pela AIDGLOBAL. Este artigo foi escrito tendo por base o estudo referido.

Referências

- [1] Albernaz, Vinícius. 2020. "Parlamento dos Jovens: um contributo para o estudo da participação política dos jovens em Portugal". Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- [2] Azeredo, Maria. 2013. "O papel das notícias na construção da participação cívica e política dos jovens em Portugal: Estudo de caso longitudinal (2010-2011)". Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- [3] Braga da Cruz, Manuel. 1985. "A participação política da juventude em Portugal". *Análise Social* 21(87/88/89): 10671088.
- [4] Braga da Cruz, Manuel. 1990. "A participação política da juventude em Portugal: As elites políticas juvenis". *Análise Social* 25(105): 223249.
- [5] Bruter, Michael, e Sarah Harrison. 2009. "Tomorrow's Leaders? Understanding the Involvement of Young Party Members in Six European Democracies". *Comparative Political Studies*, 42(10): 12591291.
- [6] Campos, Ricardo, Inês Pereira, e José Alberto Simões. 2016. "Activismo digital em Portugal: um estudo exploratório". *Sociologia, Problemas E Práticas*, 82: 2747.
- [7] Costa Pinto, António, Luís de Sousa, e Pedro Magalhães. 2013. "A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos". Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- [8] Costa, Edna, e Patrícia Silva. 2022. "A Participação Política da Juventude em Portugal: As juventudes partidárias e os movimentos associativos". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- [9] Dahlgren, Peter. 2012. "Reinventing Participation: Civic Agency and the Web Environment". *Geopolitics, History, and International Relations*, 4(2): 2745.
- [10] Fernandes-Jesus, Maria, Manuel Loff, Isabel Menezes, Gil Nata, e Marta Silva. 2022. "A Participação Política da Juventude em Portugal: A participação política de jovens vista por dentro". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- [11] Fonseca, Tiago. 2019. "The internet as a global playground: young citizens and informal spaces of agency, a Portuguese case study". *Mind, Culture, and Activity*, 26(4): 353370.
- [12] Magalhães, Pedro. 2005. "Disaffected democrats: political attitudes and political action in Portugal". *West European Politics*, 28(5): 973991.
- [13] Magalhães, Pedro. 2008. "Redes sociais e participação eleitoral em Portugal". *Análise Social*, 43(188): 473504.
- [14] Mair, Peter, Thomas Poguntke, e Ingrid van Biezen. 2011. "Going, going... gone? The decline of party membership in contemporary Europe". *European Journal of Political Research*, 51(1): 2456.
- [15] Pruitt, Lesley. 2017. "Youth, politics, and participation in a changing world". *Journal of Sociology*, 53(2): 507-513.
- [16] Ramos, Rui. 2004. "Para uma história política da cidadania em Portugal". *Análise Social*, 39(172): 547569.
- [17] Sloam, James. 2016. "Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union". *The British Journal of Politics and International Relations*, 18(3): 521537.



Filipe Fernandes 23 anos. Licenciado em Ciência Política, pela Universidade do Minho, e Mestre em Ciência Política, pela Universidade de Aveiro. Participou em vários projetos de investigação (nacionais e internacionais), tendo experiência em gestão de ciência e assessoria política. Foi Bolseiro de Investigação na Unidade de Investigação Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP). Atualmente, é estudante de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, na Universidade do Minho, e é membro colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP). É autor do livro "Os Partidos Políticos nas Eleições Europeias".